

A formação discursiva docente em comunidades de aprendizagem: novas perspectivas de desenvolvimento local

The discursive formation in teacher learning communities: new perspectives of local development

Arlinda Cantero Dorsa²³
Marley Buchara G. Casagrande
Marianne Milanez

Artigo recebido em para publicação em abr/2013 e aceito para publicação em jun/2013

Resumo

Este artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisas e Estudos em Tecnologia Educacional e Educação a Distância (GETED), da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB, Mato Grosso do Sul), que desde 2007 estuda a questão da formação continuada no âmbito presencial e a distância, a linguagem, as inter-relações e as ferramentas de tecnologias de informação e comunicação. A temática volta-se à análise da formação discursiva docente em uma comunidade indígena na Escola General Rondon na Aldeia Bananal, localizada em Taunay- MS e tem como foco o uso de tecnologias de informação e comunicação com um duplo objetivo: (i) investigar como tem ocorrido a formação continuada de cada professor participante da comunidade e sua relação com o desenvolvimento local; (ii) analisar as estratégias de leitura, produção e comunicação nas práticas discursivas dos docentes voltadas ao letramento digital, acrescido à problemática da multiculturalidade e interculturalidade. Quanto à formação continuada docente, foi utilizado o ambiente virtual NING e a rede social Facebook. Com relação ao letramento digital, pode-se afirmar ainda que parcialmente que há necessidade da capacitação docente para que tenham condições de serem mediadores no uso das novas tecnologias em suas práticas pedagógicas. Conclui-se que as variadas culturas indígenas sofrem modificações e reelaborações constantes com o passar do tempo. Integram-se ao avanço tecnológico e multicultural presente na sociedade como sujeitos ativos e passivos, simultaneamente, em relação às tecnologias e a multiculturalidade.

Palavras chave: Discurso. Desenvolvimento local. Letramento digital. Formação docente.

Abstract

This article is the result of a survey developed by the Group for Research and Studies in Educational Technology and Distance Education (GETED), from the Dom Bosco Catholic University (UCDB, Mato Grosso do Sul), which since 2007 has studied the issue of continued training presential and at distance, language, inter-relationships and the tools of technological information and communication. The topic turns to the analysis of discursive formation of teachers in an indigenous community in the Village School General Rondon Bananal, located in Taunay-MS and focuses on the use of information technologies and communications with a dual purpose: (i) investigate how has been the continued training of each teacher participant of the community and its relationship with local development, (ii) analyzing the reading strategies, production and communication in the discursive practices of teachers aimed at digital literacy,

²³ **Arlinda Cantero Dorsa.** É Doutora em Língua Portuguesa. (PUC-SP) Mestre em Comunicação e Letras.(Mackenzie-SP) Docente do Programa do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local (Universidade Católica Dom Bosco – MS) e graduação em Direito e Letras. . Pesquisadora em Tecnologias Educacionais e Linguística. acdorsa@uol.com.br

Marley Buchara G. Casagrande - Mestranda em Desenvolvimento Local (Universidade Católica Dom Bosco - UCDB). Especialista em Gestão de Marketing (Centro Universitário de Campo Grande – UNAES), Especialista em Formação Docente e Orientação Acadêmica em Educação a Distância (Universidade Internacional de Curitiba – UNINTER). Administradora (Centro Universitário de Campo Grande - UNAES), Profª Tutora a Distância da Universidade Anhanguera – Uniderp. adm.marley@gmail.com

Marianne Milanez - Graduanda em Direito. Pesquisadora Iniciação Científica – PIBIC. Universidade Católica Dom Bosco. mrrn.milanez@gmail.com

plus the issue of multiculturalism and interculturalism. As for continuing education teacher, was used virtual environment NING and the social network Facebook. With regard to literacy, it can be stated that even partially the need for teacher training that are able to be mediators in the use of new technologies in their teaching. It was concluded that the native cultures undergo various modifications and constant reworkings over time. They integrate the technological and multicultural present in society as active and passive subjects, both in relation to technology and multiculturalism.

Keywords: *Speech. Local development. Digital literacy. Teacher training.*

Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisas e Estudos em Tecnologia Educacional e Educação a Distância (GETED), da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB, Mato Grosso do Sul), que desde 2007 pesquisa a questão da formação continuada no âmbito presencial e a distância, além de estudar a linguagem, as inter-relações, as ferramentas de tecnologias de informação e comunicação e sua relação com o desenvolvimento local.

Com os avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é possível, hoje, colocar diferentes pessoas em contato, ao mesmo tempo, rompendo barreiras geográficas e temporais e com isso surgem a cada dia espaços de aprendizagem virtual com novas percepções e formatos que poderão adaptar para a educação com possibilidades de prática pedagógica autônoma, bem como propostas de formação continuada para professores de todos os níveis de ensino, enquanto oportunidade para aprender, trocar experiências e construir conhecimento colaborativamente em um contexto intercultural em rede. (DORSA e SANTOS, 2012, p.132).

A temática volta-se à análise da formação discursiva docente em uma comunidade indígena na Escola General Rondon na Aldeia Bananal, localizada em Taunay- MS e tem como foco o uso de tecnologias de informação e comunicação com um duplo objetivo: (i) investigar como tem ocorrido a formação continuada de cada professor participante da comunidade e sua relação com o desenvolvimento local; (ii) analisar as estratégias de leitura, produção e comunicação nas práticas discursivas dos docentes voltadas ao letramento digital, acrescido à problemática da multiculturalidade e interculturalidade.

Aprofundamo-nos na pesquisa voltada não só à formação discursiva desses professores como também sobre o letramento digital para ter possibilidades de analisar a realidade da escola General Rondon.

Percepções teóricas: olhares atentos

O discurso é uma prática social e como tal, necessita ser apreendido como uma relação social onde ocorre uma dialética entre as situações discursivas institucionais e os eventos discursivos particulares, definidores das práticas discursivas sociais. (FAIRCLOUGH, WODAK 1997)

Se o discurso é visto como uma prática social, ele é construído socialmente, ou seja, assume uma significação importante por refletir uma visão de mundo determinada e necessariamente vinculada aos seus autores e à sociedade em que se vive.

Se levarmos para o contexto do ambiente virtual, os discursos pela multiplicidade de sentidos que as palavras possuem, pelo seu caráter polifônico e dialógico, podem ser construídos, reconstruídos, desconstruídos na e pela interação social.

Vinculada ao discurso, surge então a problemática do surgimento das novas tecnologias de comunicação, que tem modificado muitas atividades da vida moderna, e dentre elas, o processo de aprendizagem.

O processo de aprendizagem no uso das novas tecnologias de comunicação leva-nos cada vez mais a repensar a preparação de indivíduos para os tempos atuais, podemos dizer então de acordo com Dorsa e Santos (2012, p.135), “que estamos em movimento no processo de formação continuada com professores indígenas e não indígenas, em um espaço de conversação que podemos denominar de ciberespaço”.

No contexto atual, Pereira (2005, p. 13), afirma que a inclusão digital dos educadores e alunos é o grande desafio das escolas, pois de acordo com o seu pensamento, se as pessoas que estão à frente

desse processo “não compreendem o que é necessário e o que não é necessário fazer, podem inibir o desenvolvimento de nossas instituições de ensino, ou mergulhá-las no envelhecimento prematuro”.

Qual deve ser então a postura das escolas e dos pesquisadores envolvidos com este tema?

A busca do conhecimento atualizado, sem adiamentos, a parceria com pesquisadores que possam colaborar efetivamente na consecução destes objetivos e que promovam o real entendimento do uso das novas tecnologias.

Segundo o pesquisador americano Tapscott, a partir de análises e conclusões publicadas no livro Geração Digital editado em 1999, este constatou uma forte rejeição ao “jeito velho de aprender”, rejeição que se mostrou de várias maneiras, principalmente, quando os alunos começam a buscar outras fontes de informação, não se limitando mais ao professor ou ao livro didático.

Surge então, a necessidade de mudar o “jeito” de aprender e integrar as tecnologias neste aprendizado, isto se torna um desafio atraente que chama a atenção de todos, pois a sociedade atual está exigindo a utilização dos recursos de informática nas rotinas das escolas, sobretudo a partir do uso dos laboratórios.

No entanto, enfatiza Valente (1993), que este novo jeito de aprender pode ocorrer se houver a integração da informática na educação, aproximando dos alunos as inovações tecnológicas. Reforça este pensamento Xavier (2005, p.8) quando afirma que para que isso ocorra são necessários professores letrados digitalmente, ou seja, capacitados a mediar os novos conhecimentos pela informática, pois “[...] hoje em dia a aquisição do letramento digital se apresenta como uma necessidade educacional e de sobrevivência”.

Ao afirmar que o letramento digital implica a realização de práticas de leitura e escrita, diferentes das utilizadas de forma tradicional, Xavier (2007, p. 2) pressupõe que ser letrado digital é “assumir mudanças nos modos de ler e escrever não verbais, como imagens e desenhos, se compararmos tais formas de leitura e escrita feitas no livro, até porque o suporte sobre o qual estão os textos digitais é a tela, também digital.”

No entanto, há que se distinguir a expressão alfabetização digital que passa por diferentes definições, seja como processo de aquisição de habilidades básicas e necessárias para o uso do computador, redes e serviços da internet, seja segundo Takahashi (2000, p. 31), ampliando os conceitos ora existentes, ao afirmar que na alfabetização digital há:

a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, *mas também* que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania”

Na visão de Street (2003, p.1), “o letramento varia de contexto a contexto e de cultura a cultura e, portanto, também variam os efeitos de diferentes letramentos em diferentes condições”.

Oliveira (1997), afirma que se faz necessária uma capacitação do professor que vise a compreender as relações entre a sociedade e as tecnologias, com objetivo de possibilitar a socialização do conhecimento, elemento necessário às mudanças. Por meio de estratégias específicas, pode-se permitir aos professores desempenharem novas funções e ter conhecimento crítico ao ponto de utilizar os computadores como meio de propiciar “condições favoráveis de aprendizagem ao aluno”. (VALENTE, 2003, p. 4)

Tajra (2001) concorda com Oliveira (1997) ao afirmar que para que ocorram as transformações tecnológicas nas escolas é primordial a capacitação do professor, de forma que ele perceba como integrar a tecnologia à sua proposta de ensino.

É justamente o posicionamento de Valente (2003) que adotamos em nossa pesquisa, realizando a formação continuada dos professores indígenas da aldeia Bananal em Aquidauana, visto que apenas um treinamento de professores não seria suficiente para capacitá-los e prepará-los para assim poderem aplicar o conhecimento tecnológico para seus alunos de forma realmente didática.

Percepções sentidas: olhares atentos sob a ótica do desenvolvimento local

Por se tratar de professores indígenas e em sua maioria com um contato mínimo com o computador e suas ferramentas, em nosso primeiro encontro, na Escola General Rondon na Aldeia Bananal em Taunay-MS, ouvimos as dificuldades sentidas, o desconhecimento de muitos no uso das ferramentas do computador.

Foi realizada uma pequena enquete, sem cunho científico, pelos professores e acadêmicos pesquisadores do Grupo GETED, neste contexto, questionaram-se os professores da aldeia sobre seus conhecimentos e aperfeiçoamento no uso das tecnologias, como computadores e internet, que estão presentes na escola ou que tenham acesso em casa.

Constatou-se ainda que parcialmente, que (i) a minoria tem acesso a computador em casa; (ii) seis professores tem e-mail; (iii) nenhum professor usa a sala de tecnologia da escola; (iv) os alunos do Ensino Médio e do sexto ao nono ano vão à sala de tecnologia sem monitoria, apenas para utilizá-la para pesquisas e acesso as redes sociais.

No primeiro encontro de formação continuada, ocorrido na Aldeia Bananal, foi apresentado aos professores indígenas e não indígenas da aldeia o ambiente virtual na Rede Ning com o objetivo de manter a comunicação, interação e troca de informações. Foram criadas *logins* e senhas para cada um deles. Percebemos então, a dificuldade que os professores indígenas encontraram ao lidar com a máquina e o ambiente virtual Ning criado para a comunicação e interação entre os integrantes do grupo, conforme a figura 1 abaixo:



Figura 1 – Ambiente virtual Ning

Fez-se necessário um segundo encontro para uma melhor formação tecnológica e este ocorreu com a vinda dos professores na nossa universidade com o objetivo de realizar uma oficina prática para passar não só conceitos básicos sobre informática como também a forma de utilizar tais ferramentas.

Neste sentido, posiciona-se Tajra, (2001) ao sugerir que se inicie sim por conceitos básicos da informática, para que o professor possa se sentir seguro e aos poucos, caminhe para uma formação continuada, de forma a se capacitar para seu novo papel de facilitador da aprendizagem e não mais de detentor do saber. Tal formação poderá reconstruir sua prática por meio de novas aprendizagens.

Assim, é preciso que este profissional esteja aberto às mudanças e disposto a alterar sua postura detentor do conhecimento, como na pedagogia tradicional, para a de facilitador da aprendizagem.

O objetivo maior foi dar continuidade à oficina iniciada na aldeia Bananal em Aquidauana no primeiro encontro. Após explicações gerais a respeito das redes sociais, enfatizou-se principalmente a que foi criada para interagir com os demais pesquisadores do projeto e com os próprios indígenas, a rede Ning, intitulada como Formação Tecnológica Continuada.

Houve uma formação continuada pela equipe do grupo de pesquisa voltada à utilização do fórum para elaborar e enviar uma mensagem particular para alguém, como inserir a foto no perfil na rede social. Foi discutido também o uso das tecnologias, enfatizando-se, no entanto, a parte pedagógica e metodológica, pois por mais que se pareça simples, apenas usando as tecnologias sem um caráter

pedagógico não serão resolvidas as dificuldades. Há necessidade sim, de quando se utilizar das tecnologias sabê-las aplicar de forma efetiva no aprendizado do aluno.

O momento de maior interação do grupo de pesquisadores foi quando pudemos auxiliar os professores e alunos indígenas que também compareceram à oficina, a utilizarem o ambiente NING para que cada um elaborasse a sua mensagem e iniciasse a interação entre os membros do grupo. E por fim, os visitantes responderam a um questionário de cunho científico onde se aprofundavam as informações sobre qual era o contato dos professores da aldeia com o uso das tecnologias e acesso aos computadores e internet.

Percebida a dificuldade dos professores indígenas ao usarem o ambiente virtual NING, surgiu então a ideia de criar um grupo de acesso restrito na rede social Facebook (figura 2), por ser um ambiente virtual mais conhecido e popular da rede. Sem olvidar também, que por ser mais popular, alguns alunos da escola General Rondon já possuíam perfis na rede social mencionada acima, e assim, poderiam ajudar os professores, principalmente aqueles que não tinham uma maior afinidade com essa tecnologia.



Figura 2 – Página da rede social Facebook

Sobre o uso do Facebook, um dos integrantes do grupo indígena, ora denominado E1 assim ponderou durante a capacitação:

a interação no facebook é bem legal, além de ser importante na vida atual. O facebook é um dos meios mais importantes que se tem hoje em dia, pois ele nos faz conectar com pessoas que você conhece que está a quilômetros de distância e mesmo assim você pode conversar com essa pessoa ao mesmo tempo. Nos dias de hoje é muito importante se conectar com o mundo da tecnologia, pois ela é que vai estar predominando na atualidade, e, o Facebook é um dos meios que veio nos fazer estar por dentro da tecnologia e todos nós tem que saber utilizar o meio para o bem e não para coisas ruim que se tem por ai.

O título do grupo restrito no Facebook é “Formação Continuada Tecnológica: linguagens, saberes e interculturalidade” e agrega 50 membros entre eles participantes do grupo Geted e os professores e não professores da aldeia Bananal.

Portanto, há dois ambientes virtuais existentes, o da Rede NING e o grupo do Facebook. Porém, devido à sua facilidade de ferramentas, acesso e manuseio, este é o mais usado para a formação do que aquele.

Devido a todo o processo tecnológico em avanço em que se o mundo se encontra, como dito antes, para nós, este contato mais efetivo representou uma grande vitória, porém um desafio, visto que se vive na era da comunicação, na qual se intensificam interferências e conflitos entre grupos sociais de diferentes culturas.

Entretanto, tais dificuldades são totalmente compreensíveis visto que de um lado são professores e alunos pesquisadores que não têm um aprofundamento sobre a cultura indígena e de outro lado, estão os professores indígenas que cultuam suas tradições e enfrentam não só barreiras virtuais e culturais como também barreiras físicas. Isto ocorre visto que moram numa aldeia afastada da cidade, e muitos deles não possuem familiaridade com o microcomputador por não possuírem, por conseguinte, não sabem manusear a máquina e suas ferramentas digitais.

Assim, encerrada a formação no segundo encontro, firmamos compromisso com os professores para continuar a interação no grupo do Facebook, envolvendo todos nós, professores indígenas e não indígenas e acadêmicos pesquisadores, visando à interação de todos, porém, percebemos o afastamento de grande parte dos professores por raras respostas dadas aos estímulos postados pelo Geted (Grupo de Pesquisa).

Durante a formação que ocorreu no terceiro encontro, pudemos observar a cultura terena bastante presente entre os professores indígenas, visto que, ao serem estimulados a postar frases de satisfação pela formação continuada, escreveram trechos na língua materna deles: a língua terena.

Para ilustrar o contexto, temos o trecho postado por um dos membros, ora intitulado E2 do grupo Formação Continuada Tecnológica: linguagens, saberes e interculturalidade:

Unati kiyoi kaxe. Que bom participar do curso de formação continuada em tecnologia, juntamente com o grupo dos professores da UCDB de Campo Grande. Foi um dia excelente, e aprendemos bastante, recursos e ferramentas ricas, para atuar na sala de aula. Ainapó Yákoe.

Visto que o objeto de nossa pesquisa é o discurso docente deste grupo de professores indígenas, direcionando tal discurso aos alunos, muito deles, indígenas que moram na própria aldeia, percebemos a necessidade de um melhor entendimento sobre multiculturalidade, visto a complexidade e as dificuldades que surgiram nos encontros quando da necessidade de os professores elaborarem um texto para inserir na rede Facebook.

Neste contexto, a relação dos atores sociais e as tecnologias sugerem um novo olhar para o desenvolvimento, pois as interações entre eles evidenciam as chamadas “socialidades”, que Mafessoli (1998) em seus estudos define como grupamentos que se relacionam fora do controle social exemplificando:

As relações que compõem a socialidade constituem o verdadeiro substrato de toda vida em sociedade. São os momentos de despesa improdutiva, de engajamentos efêmeros, de submissão da razão à emoção de viver o “estar junto” que agrega determinado corpo social. Assim, é a “socialidade” que faz a “sociedade”, desde as sociedades primitivas com seus momentos efervescentes, ritualísticos ou mesmo festivos, até as sociedades tecnologicamente avançadas... (MAFESSONI, 1998, p.3).



Figura 3 – Lócus da pesquisa, 2012

Sartori e Roesler (2005, p 23) comentam que a tecnologia que envolve as comunidades virtuais, desperta o senso de “pertencimento”, pois representam uma territorialidade simbólica, realizada a distância e complementam ainda que “os indivíduos participam, emitem opiniões, constroem novos significados, tecem uma rede de cooperação oportunizada pelo processo de comunicação bidirecional”.

Nesta vertente, Freire e Shor (1992, p. 44) enfatizam que: “através da educação, podemos de saída compreender o que é o poder na sociedade, iluminando as relações de poder que a classe dominante torna obscura. Também podemos nos preparar e participar de programas para mudar a sociedade”.

Ao abarcar três dimensões para definir Desenvolvimento Local: econômica, político-administrativa e sociocultural, Cohard (2003), afirma que esta última trata da preservação dos valores culturais dos atores sociais envolvidos diretamente e comunidades de entorno, constituindo assim a base de sustentabilidade.

A sustentabilidade passa então a ter visibilidade em razão de basear-se em duas formas de solidariedades: a solidariedade com a geração a qual pertencemos e a solidariedade com as futuras gerações. Apresenta-se assim a força motriz do desenvolvimento integrado e esta solidariedade do desenvolvimento deve integrar principalmente a forma social e cultural.

Sendo assim, os membros da Formação Continuada Tecnológica: linguagens, saberes e interculturalidade, incluindo pesquisadores e docentes indígenas, como membros de uma comunidade de aprendizagem, sentem-se integrados, enquanto grupo, devido a traços característicos, tais como: valores, modo de ser, de interagir, de buscar entender a forma como se deve enxergar a educação de ontem, de hoje e do futuro. Por conta da convergência das diversidades, busca-se a unidade cultural, palavra tão importante no desenvolvimento humano, pois:

Os atores sociais presentes em um determinado território podem desenvolver graus variados de engajamento e comprometimento entre si e com atores externos. O grau de engajamento e comprometimento enseja o aparecimento da confiança e reciprocidade que pressupõe uma relação resultante de maior interação e dotada de uma dose de identidade compartilhada. (VALE, 2007, p74).

Percepções sentidas: olhares multiculturais e interculturais necessários

Em toda e qualquer sociedade, em contexto com a globalização, ao tratar das relações sociais, aborda-se a respeito das diversidades, diferenças e das consequências para a (re) construção identitária. É frequente em nossa sociedade, a visão/postura etnocêntrica, na qual uma cultura é tida como superior e as outras como inferiores, sendo julgadas e explicadas como inadequadas.

Aponta Urquiza (2010), que esta visão etnocêntrica está fundada numa visão de mundo universal, de linguagem única, superior e melhor, de imposições e verdades absolutas, nas quais o desejo do colonizador foi de concretizar a unificação dos povos e da cultura. Para muitos, infelizmente, ainda hoje, de uma forma totalmente estereotipada, considera-se índio aquele que sobrevive nas florestas amazônicas, carregados por símbolos do senso comum: cocar de penas, quase nus, caçadores, ótimos pescadores e moradores de ocas.

Apenas muito recentemente os diferentes segmentos da sociedade brasileira estão se familiarizando com a ideia de que os índios são seus contemporâneos, que eles vivem no mesmo país e participam da elaboração de leis, elegem e são eleitos como candidatos ao poder legislativo, ou seja, compartilham os mesmos problemas contemporâneos.

Ainda segundo Urquiza (2010), a partir do artigo 231 da Constituição Federal de 1988, o Brasil reconhece – como signatário da legislação internacional – o direito dos povos indígenas à autodeterminação, ou seja:

Os povos indígenas têm o direito a conservar e fortalecer suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, mantendo ao mesmo tempo seu direito de participar plenamente, se assim o desejarem, na vida política, econômica, social e cultural do Estado (Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Art. 5).

Extraíndo informações do texto, percebe-se então que, a partir deste texto da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, 2007, assinado pelo Brasil, a autodeterminação e a autonomia são direitos destes povos, assim como o reconhecimento da diversidade sociocultural.

De acordo com Barth (2000) *apud* Urquiza (2010) a “cultura são representações coletivas: a linguagem, as categorias, os símbolos, os rituais e as instituições que sustentam o modo como agem e reagem”, ou seja, ter uma cultura é identificar-se com as características de um determinado grupo, que interagem entre si, sofrendo mudanças, transformações, porque são construídas socialmente, não deixando de ser uma coisa para ser outra. A cultura é sempre dinâmica sem perder a identidade.

Pode se afirmar, portanto que a identidade geral e dos indígenas em particular, mudam para permanecer. Nesse contexto, Caleffi (2003, p. 34) analisa que “as identidades têm se mantido porque justamente suas culturas estão vivas e ressignificam novas realidades, novos objetos e se adaptam a novas condições de vida”.

Ainda complementando a ideia, Cohn (2001, p. 41) *apud* Urquiza (2010) afirma que “a continuidade das culturas indígenas consiste nos modos específicos pelas quais elas se transformam”.

Portanto, é importante frisar que as variadas culturas indígenas modificam-se constantemente e reelaboram-se com o passar do tempo, integram-se ao avanço tecnológico e multicultural presente na sociedade como sujeitos ativos e passivos, simultaneamente, em relação às tecnologias e à multiculturalidade.

Desde o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que elegeram a pluralidade cultural como um dos temas transversais (Brasil, Ministério da Educação, 1997), o reconhecimento da multiculturalidade e a perspectiva intercultural ganharam grande relevância social e educacional (FLEURI, 2003, p.1).

A educação escolar indígena é uma modalidade de ensino que vem recebendo um tratamento especial por parte do Ministério da Educação, alicerçada em um novo paradigma educacional de respeito à interculturalidade, ao multilinguismo e à etnicidade.

Voltando ao objeto central deste artigo, percebemos que ao lidar com culturas diferentes, deparamo-nos com o então, choque de culturas, pelas dificuldades percebidas ao observarmos a forma de os professores produzirem pequenos textos que inicialmente eram escritos na linguagem indígena (terena) e somente depois transcritos na língua portuguesa, para poderem inserir no ambiente Ning e Facebook.

É oportuno o pensamento de Candau (2010) quando aborda a necessidade de se promover uma educação que consiga reconhecer o “outro” a partir de um diálogo que permita conhecer os diferentes grupos sociais e culturais visando a uma negociação cultural para construção de um projeto comum, ou seja, ser letrado multicultural com habilidade para compreender e apreciar as similaridades e diferenças nos costumes, valores, e crenças de sua própria cultura e de outros.

Como afirma Pansini e Nenevé, citando Moreira (2001).

É impossível pensar numa educação multicultural sem que nos questionemos sobre o professor e sua formação. Para que se possa questionar o modo como a escola tem legitimado certos saberes apagando de seu currículo ou afastando do seu cotidiano as práticas pertencentes à cultura dos grupos subalternos é necessário investir, de maneira enfática, numa formação pedagógica multiculturalmente orientada que resista às tendências homogeneizadoras que permeiam as políticas educacionais atuais.

O termo multicultural tem sido utilizado segundo Moreira, (2001) e Silva (2003) *apud* Fleuri (2003), como categoria descritiva, analítica, sociológica ou histórica, para indicar uma realidade de convivência entre diferentes grupos culturais num mesmo contexto social.

Por sua vez, Xavier (2005, p.3), define multicultural como o termo utilizado para indicar realidades e perspectivas incongruentes entre si; há quem o reduz ao significado de relação entre grupos “folclóricos”; há quem amplia o conceito de interculturalidade de modo a compreender o “diferente” que caracteriza a singularidade e a irrepetibilidade de cada sujeito humano; há ainda quem considera interculturalidade como sinônimo de “mestiçagem”.

Macedo (2004) *apud* Pansini e Nenevé (2008) aponta o fato de que uma formação multicultural que se propõe a superar o mero reconhecimento da existência de diferentes culturas deve instrumentalizar os professores com análises que lhes permita perceber criticamente “como a linguagem é muitas vezes utilizada para construir realidades ideológicas que encobrem o brutal racismo que desvaloriza invalida e envenena outras identidades culturais”.

Como estratégia plural e fundamental de mediação, a expressão interculturalidade é inevitável no processo cultural e apresenta-se segundo Gil (2009), com reflexos sentidos nas práticas simbólicas, na interação intermediática, nas formas de sociabilidade, no exercício da cidadania, nos padrões de consumo, no acesso às tecnologias, nas formas de cuidado e de ação ética.

Para a autora, trata-se, assim, de um processo multidirecional, heterogêneo, de agenciamento diferenciado e que assume a pluralidade como gesto de uma renovada hermenêutica cultural e política.

Considerações finais

Ao final da pesquisa, é importante enfatizar que há necessidade das escolas investirem inicialmente na formação docente de forma continuada para que possam agir como mediadores de informação e comunicação com seus alunos usufruindo dos recursos tecnológicos.

Esta formação deve propiciar mudanças posturais que incluam conforme as ponderações de Xavier (2008) algumas qualidades como versatilidade, criatividade, pesquisa, ou seja, condições que propiciem uma atuação positiva no processo ensino e aprendizagem.

Ressalta-se, porém, o aspecto dialógico da linguagem, tão necessário para o desenvolvimento da habilidade linguística, neste contexto é fundamental que os componentes de uma comunidade virtual assumam um compromisso com a formação de um leitor autônomo e um competente produtor de texto.

Além do mais, destaca-se a necessidade de uma formação que permita aos educadores e educadoras, tanto indígenas, como não indígenas, reverem o uso da linguagem no espaço escolar uma vez que, é por meio da linguagem, entendida como prática humana social e culturalmente organizada, que se torna possível, para professores e alunos, conhecerem o seu mundo mais próximo.

Ao longo da pesquisa, restou apurado que uma questão que pouco se discute a respeito desse contexto é o alcance das implicações do multiculturalismo sobre a linguagem. É possível perceber que, ao privilegiarmos a cultura e identidade dos educandos nos damos conta que tal identidade se constrói *na* e através *da* linguagem, utilizada por seu grupo ou comunidade. Desse modo, a linguagem acompanha e se relaciona com a cultura, através das palavras, dos textos, dos símbolos que expressam os saberes de um povo.

Faz parte dessa reflexão sobre educação multicultural e formação de professores a compreensão de que a linguagem do aluno deve ser entendida como uma manifestação de sua cultura e por isso deve ter um lugar reservado para o debate dentro dos espaços formativos.

Desse modo é preciso indagar se dentro do espaço formativo as práticas pedagógicas também não tem evidenciado um silenciamento das diversas culturas e saberes locais por meio da racionalização da linguagem e do conhecimento.

Apenas muito recentemente os diferentes segmentos da sociedade brasileira estão se familiarizando com a ideia de que os índios são seus contemporâneos, que eles vivem no mesmo país e participam da elaboração de leis, elegem e são eleitos como candidatos ao poder legislativo, ou seja, compartilham os mesmos problemas contemporâneos.

Problemas estes referentes à educação, à moradia, à infraestrutura escolar, ao acesso as novas tecnologias, e conseqüentemente, acesso mais rápido e eficaz ao conhecimento que estas tecnologias podem trazer. Problemas que, os indígenas da aldeia Bananal têm de uma forma potencializada, pois enfrentam outra questão que dificulta ainda mais: a interculturalidade.

Não há que se negar que durante quase cinco séculos, com raríssimas exceções, a educação escolar serviu como ponta de lança para o processo de aculturação e conseqüentemente dominação dos povos indígenas no Brasil.

Em todo este processo histórico de reconstituições identitárias, de confirmação e de retomada de territórios, constatamos o importante papel que cabe à educação, que mesmo sendo um elemento originalmente exterior ao contexto indígena em quase todas as aldeias do país, são os próprios indígenas que desenvolvem a atitude de apropriação e ressignificação da escola, agora como aliada na relação sempre dinâmica com o entorno e as novas gerações.

Reafirmamos que o respeito à diversidade dos povos indígenas, presentes na Constituição Federal, foi uma conquista, em especial do movimento indígena. Portanto, se faz necessário reconhecer e valorizar a identidade étnica específica de cada uma das sociedades indígenas em particular, compreender suas línguas e suas formas tradicionais de organização social, de ocupação da terra e de uso dos recursos naturais. Isto significa o respeito pelos direitos coletivos especiais de cada uma delas e a busca do convívio pacífico, por meio de um intercâmbio cultural com as diferentes etnias.

Referências

BUZATO, Marcelo El Khouri. Letramento e inclusão: do estado - nação à era das TIC. **DELTA** vol.25 no.1 São Paulo 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502009000100001&script=sci_arttext

CALEFFI P. O que é ser índio hoje? A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. **Diálogos Latino americanos**. São Paulo. n. 7, p. 20-42, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/162/16200702.pdf>> Acesso em: 03 de mai. 2012.

CANAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In GODOY, Rosa Maria et al. **Educação e Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. Brasília: SEDH, 2010.

CANEN Ana, XAVIER Giseli Pereli de Moura. Multiculturalismo, pesquisa e formação de professores: o caso das diretrizes curriculares para a formação docente. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.13, n.48, p. 333-344, jul./set. 2005.

COHARD, J.C.R. in MARTÍNEZ, I.B. & ALONSO, J.G., 2003: "**Cooperativismo y Desarrollo Local**". Madrid: Ed. Centro de Estudios Ramón Areces.

DORSA, Arlinda Cantero; SANTOS, Rosimeire Martins Régis dos. Aprendizagem colaborativa em um contexto intercultural: o olhar em uma formação continuada na rede social virtual Facebook. **Temporis (ação)**, v.12, n. 1, p. 131 - 146, jan./dez. 2012

FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. 1997: Critical discourse analysis. In: T. Van Dijk (Hg.): **Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction**. Vol. 2. London: Sage, s. 258-84.

FLEURI Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Rev. Bras. Educ.** nº 23 Rio de Janeiro May/Aug. 2003. Acesso em 20 d junho de 2012. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci.

FREIRE, Paulo.; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: O cotidiano do Professor**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GIL, Isabel Capeloa. A Interculturalidade da Multiculturalidade. in Mário Lages, Artur Teodoro de Matos (orgs.): **Portugal Intercultural**. Vol. IV, Lisboa: ACIDI, 2009.

OLIVEIRA, Ramon. **Informática Educativa**. São Paulo: Papyrus, 1997.

PANSINI Flávia, NENEVÉ Miguel. *Educação multicultural e formação docente*. **Currículo sem Fronteiras**, v.8, n.1, pp.31-48, Jan/Jun 2008

PEREIRA João Thomaz. *Educação e Sociedade da informação*. In: COSCARELLI, Carla; RIBEIRO Elisa. **Letramento Digital e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SARTORI, Ademilde S; ROESLER, Jucimara. **Educação superior a distância: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line**. Tubarão: Ed. Unisul, 2005.

STREET, B. Abordagens alternativas ao letramento e desenvolvimento. **Teleconferência Brasil sobre o letramento**. Outubro de 2003.

TAJRA, Samya. **Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade**. 3. Ed. Ver., atual, e ampl. São Paulo: Érica, 2001.

TAKAHASHI, T. **Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em <http://www.socinfo.org.br>. Acesso em 05 de mai. 2012.

TAPSCOTT, Dan. **Geração Digital: A Crescente e Irreversível Ascensão da Geração Net**. São Paulo: Makron Books, 1999.

URQUIZA A. Educação escolar indígena no Brasil - Os caminhos de uma "guinada política e epistemológica". In: NASCIMENTO, Claudemiro G. **Versos e Reversos da Educação: das políticas às pedagogias alternativas**. Goiânia: PUC-GO, 2010..